

VASCONCELOS, Eduardo M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

Capítulo 3: Os conceitos e tipos de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas

Se diz que *há* na cabeça dos poetas um *parafuso* de a menos
Sendo que a *mais* justo seria o *de ter* um *parafuso*
trocado do que a menos
A *troca de parafusos* provoca nos poetas uma certa
disfunção lírica.
Nomearei abaixo 7 sintomas dessa disfunção lírica:
1 - Aceitação da inércia para dar movimento às
palavras.
2 - Vocação para explorar mistérios irracionais.
3 - Percepção de contigüidades anômalas entre verbos e
substantivos.
4 - Gostar de fazer casamentos incestuosos entre
palavras.
5 - Amor por seres desimportantes tanto como pelos
coisas desimportantes.
6 - Mania de dar formato de canto às asperezas de. uma
pedra.
7 - Mania de comparecer aos próprios desencontros.
Essas *disfunções líricas* acabam por dar mais
importância aos *passarinhos do que aos senadores*
(Manoel de Barros, poema "A disfunção" em *Tratado
geral das grandezas do ínfimo*. Rio de Janeiro: Record,
2001: 9).

3.1. Introdução

Nos últimos anos, tenho escrito e publicado a respeito da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, colocando-as como componentes-chave da constituição de campos plurais, pluridimensionais e aplicados de conhecimento como o da saúde mental e o do serviço social, áreas às quais mais

tenho me dedicado(1). Neste capítulo, retomarei o tema, aprofundando-o e atualizando-o a partir da fundamentação mais original expressa no capítulo anterior, retomando e enriquecendo de nova forma um esquema de conceitos básicos e operativos já indicado nos trabalhos anteriores. Dada a minha familiaridade com o campo da saúde, saúde mental e serviço social, esses constituirão um pano de fundo constante para exemplos.

Antes de começar, é importante assinalar que, felizmente, já há um crescente interesse pelo tema em várias áreas e campos de saber e prática social no Brasil, com um número enorme de novas publicações a respeito (2).

3.2. A crítica à fragmentação do conhecimento especializado e o reconhecimento de suas implicações

3.2.1. Uma visão panorâmica da literatura

A crítica à fragmentação das ciências contemporâneas, da pulverização dos saberes especializados e de suas implicações, vem sendo construída por várias perspectivas. No capítulo anterior, a discussão epistemológica acerca da complexidade e dos paradigmas de conhecimento buscou sistematizar a perspectiva que considero mais rica e promissora para a fundamentação de uma proposta de prática interdisciplinar. Entretanto, cabe aqui mostrar que nem sempre esse foi o caminho apropriado pela literatura acerca da interdisciplinaridade.

Na literatura acerca da interdisciplinaridade, a fundamentação e sistematização da crítica à fragmentação dos saberes, particularmente em suas formulações iniciais, foram relativamente mais frágeis. O melhor exemplo dessa tendência na literatura em português é o clássico livro de Japiassu sobre o tema, *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, publicado pela primeira vez em 1976 (Japiassu, 1976). Tanto o prefácio panfletário de Georges Gusdorf como o próprio livro exprimem uma análise com mais um estatuto

.....

1 . Esta atenção com o tema gerou um texto original mais' dedicado à psiquiatria (Vasconcelos, 1997a), que mais tarde mereceu uma aproximação ao serviço social (Vasconcelos, 1997b), e que depois revista, ampliada e incluída em livro publicado em :000 (Vasconcelos. 2000b). Esses trabalhos vêm tendo uma boa receptividade no público. Sendo inclusive indicados várias vezes como leitura obrigatória para concursos públicos no campo da saúde mental e do serviço social.

2. -Lém daqueles indicados no desenvolvimento deste texto, ver também Sà (1989), Leff (2001), Fazenda (1994 e 2001), Martinelli et al. (1995), Santos (2000), Weil et al. (1993), Jantsch & Bianchetti (1995), Nicolescu (1999), D' Ambrosio (1997) e Brandão & Crema (1991).

de desabafo contra os especialistas: "A parcela de saber exato e preciso detida pelo especialista perde-se no meio de um oceano de não-saber e de incompetência" (*op. cit.*: 9). Para eles, os *experts* e os burocratas, apesar dos meios de conhecimento cada vez mais numerosos e dos meios de intervenção cada vez mais eficazes, se abstêm ou são incapazes de abordar de forma adequada as questões mais globais e abrangentes do século XX, tais como a guerra, as desigualdades no desenvolvimento, a fome e a luta pelo respeito à liberdade. Quanto mais se desenvolvem e se diversificam as disciplinas, "mais elas perdem o contato com a realidade humana" (*idem*: 14) e são "cada vez mais distanciadas da existência concreta, [...] como linguagens herméticas, reservadas aos iniciados, e que parecem absorver-se, ou perder-se, no niilismo de suas abstrações bem comportadas" (*idem*: 16).

Uma segunda vertente mais diversa e mais ampla de crítica ao especialismo não está propriamente no campo de discussão da interdisciplinaridade, tomando uma direção mais indireta, já que embutida em críticas teóricas e históricas mais globais e rigorosas às ciências e suas organizações derivadas, que se constituiriam como:

- dispositivos de poder institucional (como nas correntes de análise institucional) (3);
- dispositivos de reprodução das relações sociais de produção, por meio de aparelhos de Estado e aparelhos ideológicos (como nas vertentes contemporâneas mais mecanicistas do marxismo) (4), como forma institucionalizada da divisão sociotécnica do trabalho(5), ou ainda como formas de saber instrumental, técnico, associadas ao mercado capitalista contemporâneo enquanto força produtiva, ideologia e tecnocracia(6);
- dispositivos de saber-poder de fusos no tecido social visando a normatização e a disciplinarização do espaço social, dos corpos e da sexualidade (como em Foucault) (7);
- dispositivos constitutivos do profissionalismo, enquanto monopólios de saberes, mandatos sociais e práticas vinculadas aos interesses econômicos e sociais dos grupos corporativos (como na sociologia das profissões (8), perspectiva que será retomada mais à frente);

.....

3. Como em Lapassade (1983), Lourau (1995), Barbier (1985), Albuquerque (1977 e 1986) e Barembliitt (1992), entre outros.
 4. Como em Althusser (1974).
 5. Como expresso na obra organizada por Gorz (1976).
 6. Como nos autores da Escola de Frankfurt, particularmente em Habermas (1990);
 7. Ver principalmente Foucault(1979 e 1988) e, para uma visão introdutória, Machado (1981).

. um campo de lutas, não podendo ser visualizado idilicamente como uma "comunidade de cientistas" que competiria em condições iguais entre si por meio do rigor de seu conhecimento, mas sim como uma arena vinculada refletindo os interesses concretos de instituições de financiamento, de produção de equipamentos, produtos e serviços, formação e treinamento, etc., como na sociologia crítica do conhecimento(9).

Com exceção das correntes que chegam a discutir o tema dos paradigmas e da complexidade, como discutido no capítulo anterior, a maioria das abordagens críticas às ciências buscam revelar a determinação histórica e os interesses concretos que levam à formação e à manutenção das diversas disciplinas e profissões especializadas, mas geralmente não apresentam uma discussão mais sistemática sobre as alternativas epistemológicas à organização fragmentada do saber científico e disciplinar.

Finalmente, é interessante notar a presença de críticas realizadas em campos de saber particulares, mas que são extremamente importantes para a sistematização das conseqüências da fragmentação do saber e de suas alternativas nos demais campos e disciplinas. Neste trabalho, gostaria de sugerir ao leitor acompanhar o debate no campo da saúde mental, no qual tenho mais familiaridade, já que constitui uma das áreas mais férteis onde esse debate e as práticas interdisciplinares têm avançado nos últimos anos.

3.2.2. Um exemplo fértil de crítica à especialização e à fragmentação dos saberes: o campo da saúde mental e seu paradigma de desinstitucionalização

Convido o leitor para retomar aqui as principais afirmações de um trabalho já clássico, de autoria de algumas das lideranças do movimento de Psiquiatria Democrática na Itália (Rotelli *et ai.*, 1990), como a mais representativa formulação das implicações do paradigma médico convencional, da necessidade de sua superação, para retomar a complexidade da existência da clientela em saúde mental. Os principais pontos de sua *démarche* são:

- a) a crítica da fragmentação dos saberes e das competências profissionais estanques:

8: A sociologia das profissões tem várias vertentes, inclusive algumas de inspiração marxista, incluindo autores como Freidson (1970/1988); Johnson (1973) e Bourdieu (1997. 1998a e 1998b).
 9. Como nas obras do próprio Bourdieu (1998), de Latour (1987) e Knorr-Cetina (1981).

"O elevado nível de especialização e de refinamento das técnicas de intervenção tem como consequência uma correspondente elevação da seleção de pacientes assumidos, ou seja, os serviços funcionam com base na própria competência e quanto ao restante podem dizer 'não é problema nosso'" (Rotelli *et al.*, 1990: 22).

"[...] Esta forma especialista e seletiva de funcionar dos serviços psiquiátricos faz com que as pessoas sejam separadas, 'despejadas', jogadas de um lado para outro entre competências diferentes e definitivamente não seja de responsabilidade de ninguém e sim abandonadas a si mesmas" (*id.*, *ib.*).

"[...] O mal obscuro da Psiquiatria (tradicional) está em haver separado um objeto fictício, a 'doença', da 'existência global, complexa e concreta' dos pacientes e do corpo social. Sobre esta separação artificial se construiu um conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos. [...] Todos referidos à 'doença'. É este conjunto que é preciso desmontar (desinstitucionalizar) para retomar contato com aquela existência dos pacientes, enquanto 'existência' 'doente'" (*id.*: 28).

b) a formulação do paradigma da desinstitucionalização como centrado na reconstrução da complexidade e da totalidade da vida social e subjetiva do cliente, a ser reinventada:

"O processo de desinstitucionalização torna-se agora reconstrução da complexidade do objeto. *A ênfase agora não é mais colocada no processo de 'cura ~ mas no projeto de 'invenção da saúde' e de 'reprodução social do paciente'.* [00] Se não existe mais um mundo produtivo definido no qual estar, *não existe mais uma saúde, mas existem mil.* [00] O problema não é a cura (a vida produtiva) mas a produção de vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização das formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersa" (*id.*: 30) (destaques do próprio autor).

"*Talvez não se 'resolva' por hora, não se 'cure' agora, mas no entanto seguramente 'se cuida'.* [...] *Cuidar significa ocupar-se, aqui e agora, de fazer com que se transformem os modos de viver e sentir o sofrimento do 'paciente' e que, ao mesmo tempo, se transforme sua vida concreta e cotidiana, que alimenta este sofrimento.* [...] Este é então outro aspecto de trabalho terapêutico entendido como *'tomar encargo'* " de cuidar de uma pessoa: é desenvolvido de modo tal a evitar o abandono do paciente a si mesmo" (*id.*: 33-4) (destaques do próprio autor).

"Em Trieste: a) os serviços têm a responsabilidade de responder à totalidade das necessidades de saúde mental de uma população determinada; b) mudam as formas de administrar os recursos em saúde mental; c) *multiplica-se e torna-se mais complexa a profissionalidade dos operadores*" (*id.*: 37) (destaques do próprio autor).

[...] Os operadores, acima de tudo, *'aprenderam a aprender'*. [...] Os diversos tipos codificados de 'terapia' (médica, psicológica, psicoterapêutica, psicofarmacológica, social, etc.) são considerados como *momentos* também importantes, mas redutivos e parciais, sobretudo se isolados e codificados. Por isso, trata-se de demolir a compartimentalização entre estas tipologias de intervenção. Além disso, e por consequência, a relação terapêutica tende a ocupar-se de questões afetivas, econômicas, jurídicas, relacionais, dos níveis de estatutos, da família, do trabalho, etc. sem cindir estas questões, sem confiá-las a profissionalidades separadas" (*id.*: 45-6) (destaques do próprio autor).

Essa proposta tem implicado uma verdadeira revolução paradigmática no campo da saúde mental, que passa a se constituir claramente como um campo reconhecidamente transdisciplinar(10), e incorporando um rol enorme de intervenções nas mais diversas áreas, levando seus defensores a inspirar fortes movimentos sociais e implementar um amplo processo de

10). A partir do paradigma da desinstitucionalização, o campo da saúde mental pode ser entendido então como atravessado pelas seguintes disciplinas e campos de saber: a) a filosofia e epistemologia, no sentido de discutir os pressupostos básicos das diversas concepções de homem e natureza e das características gerais e específicas dos diversos campos de conhecimentos envolvidos no campo da saúde mental, bem como das suas inter-relações; b) a psiquiatria, com suas raízes nas ciências naturais e humanas, e dentro dela a psicopatologia, a psicofarmacologia, as chamadas neurociências e a clínica psiquiátrica em particular, que constituem focos particulares de integração entre aqueles saberes; c) a psicologia, com suas diversas correntes e suas respectivas abordagens clínicas, e a psicologia social, discutindo as interseções entre os processos psíquicos e sociais; d) a psicanálise e a psicologia analítica, também com suas diversas correntes teóricas e clínicas; e) a sociologia, enfocando as condições sociais mais amplas correlacionadas à saúde e doença mental (incluindo a demografia e as questões associadas ao trabalho, vida comunitária e moradia), e a antropologia, ao abordar as diferentes estruturas culturais e simbólicas coletivas associadas aos fenômenos mentais (área da etnopsiquiatria e/ou psiquiatria e psicologia transcultural); f) o campo da saúde pública, que busca identificar as necessidades na área (incluindo a epidemiologia) e planejar, executar e avaliar os programas de assistência em saúde mental; g) o campo das ciências políticas e "institucionais", abordando as estruturas das políticas públicas, os processos políticos e institucionais e os atores sociais e seus interesses, envolvidos nas diversas organizações de saúde mental; h) o campo do direito, contribuindo para a discussão de conceitos e processos associados com direitos, tutela, incapacidade, periculosidade, imputabilidade, etc.

Se pensarmos em termos de profissões e campos aplicados de conhecimento envolvidos, essa "lista aumenta ainda mais, pois temos ainda profissões e áreas de saber que constituem "recombinações" de uma ou mais disciplinas básicas. Este é o caso do serviço social, enfermagem, terapia ocupacional, educação, educação física, fonoaudiologia, entre outros, já integrantes há algum tempo das modernas equipes multiprofissionais de saúde mental e engajadas no cuidado direto com a clientela.

Além dessas áreas disciplinares e aplicadas, a saúde mental ainda tem forte tradição de trabalho conjunto com o campo da arte, através das diferentes teorias e práticas em arteterapia e terapia ocupacional, bem como dialoga e interage constante e fortemente com o campo do senso comum, da cultura popular e das tradições espirituais.

reforma psiquiátrica no Brasil e no mundo, com práticas criativas e inovadoras (Vasconcelos, 2000).

3.3. Os conceitos básicos das "práticas inter-"

3.3.1. O debate acerca do ecletismo, pluralismo e da onipotência teórica

É comum ver leitores e pessoas que tomam contato pela primeira vez com abordagens acerca da complexidade e interdisciplinaridade tendo uma impressão de que elas estariam sugerindo a adoção de um "ecletismo teórico". Há aí uma clara confusão semântica acerca do conceito de ecletismo, mas também um debate teórico-político e epistemológico implícito que precisa ser esclarecido.

Por ecletismo entendemos a conciliação e o uso simultâneo, linear e indiscriminado de teorias e pontos de vista teóricos e éticos diversos sem considerar as diferenças e incompatibilidades na origem histórica, na base conceitual e epistemológica, e nas implicações éticas, ideológicas e políticas de cada um desses pontos de vista, o que sem dúvida é problemático, como já discutimos no capítulo anterior. Entretanto, isso é diferente de reconhecer a complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos físicos, biológicos, humanos, sociais e ambientais, que exigem um conjunto pluralista de perspectivas diferentes de abordagem.

Assim, toma-se também necessário esclarecer o conceito de pluralismo. Para isso, gostaria de retomar a sistematização proposta por Carlos Nelson Coutinho (1991) que, a partir de uma rápida e panorâmica visão do pensamento político no Ocidente desde os gregos, salienta que o pensamento moderno nos colocou diante do desafio de buscar uma síntese entre a necessidade de uma vontade coletiva e de projetos com vocação hegemônica, segundo a abordagem gramsciana), que impede as múltiplas associações de interesses de caírem na fragmentação corporativa ou particularista, por um lado, e, por outro, a conservação dessa multiplicidade, diversidade e pluralismos de sujeitos. Coutinho nos lembra de que nas experiências históricas nas quais esse pluralismo foi negado tivemos claros casos de despotismo.

O autor, sabiamente, retoma o postulado de que não há ciência que esgote o real pois ela é sempre aproximativa. Também nos alerta que o pluralismo não significa ecletismo ou relativismo moral, ou seja, a conciliação de pontos de vista teóricos e éticos inconciliáveis. Pluralismo, nesse sentido, "é

sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência" (Coutinho *cit.*: 14). Coutinho ainda nos chama a atenção para o fato de que a produção de verdades nas ciências sociais é sempre atravessada pelos valores e concepções de mundo, que são objetivados ao serem compartilhados intersubjetivamente por conjuntos substantivos de pessoas. Os projetos históricos hegemônicos e o conhecimento científico em ciências sociais implicam, assim, a formação de vontades e saberes coletivos com níveis diferenciados de consenso e pactação, o que requer uma unidade interna dinâmica e baseada na diversidade: "Nesse sentido, não é ecletismo, no mau sentido da palavra, levar em conta o ponto de vista do outro e se empenhar para elaborar uma consciência coletiva que implique em muitos casos, a conciliação com o ponto de vista contrário" (*idem*: 16).

As formulações gramscianas de Coutinho são inteiramente aplicáveis à nossa discussão acerca das bases das práticas interdisciplinares. Entretanto, creio que a confusão entre ecletismo e pluralismo não é apenas se

mântica ou cognitiva, mas esconde uma problemática epistemológica e

política implícita que deve ficar mais clara, associada à discussão sobre o imperialismo epistemológico que discutimos no capítulo anterior. Em algumas abordagens das ciências sociais, o ecletismo teórico é associado a uma carga emocional e política pejorativa muito forte, muito além dos equívocos conceituais e epistemológicos como os identificados acima. O pressuposto dessa conotação superdimensionada, geralmente não explicitado, é o da possibilidade da existência de uma teoria ou metadiscorso onipotente, capaz de revelar completamente as múltiplas dimensões essenciais do real e abarcar toda a complexidade e todos os problemas e objetos específicos de investigação e atuação social e profissional. Assim, a crítica ao ecletismo não é acionada apenas no plano teórico e racional, mas opera um dispositivo imaginário típico de projetos histórico-institucionais não democráticos, que se sustentam na estratégia de imperialismo epistemológico e que interpelam identidades sociais "compactas" e não pluralistas: a da associação inconsciente do eclético com a imagem do "herege", "pecador" e/ou do "traidor da causa" de uma teoria que é considerada como a fonte idealizada e onipotente para encaminhar a solução de todos os problemas da humanidade e do planeta. Espero que a discussão feita no capítulo anterior tenha deixado clara a minha completa oposição a esse tipo de cosmovisão e concepção epistemológica, que bloqueia qualquer possibilidade de prática interdisciplinar pluralista.

3.3.2. Os diversos campos que se interagem nas "práticas inter-": disciplinas, teorias, paradigmas, campos epistemológicos, profissões e campos de saber/fazer

Gostaria de iniciar esta seção com uma afirmação que pode parecer contraditória com tudo o que já foi dito neste capítulo: considero que os termos interdisciplinaridade e transdisciplinaridade reduzem a riqueza do fenômeno e das várias possibilidades de estratégias concretas das novas formas de conhecimento e prática. Vamos esclarecer isso a seguir.

Quem melhor indicou na direção desse *insight* foi Almeida Filho 11, discutindo a perspectiva defendida por mim e por outros autores com posição similar, expressa em meus textos anteriores, mostrando como nossas posições poderiam estar reificando acriticamente e a-historicamente a noção de disciplina. Em outras palavras, uma perspectiva ingênua da noção de disciplina e da própria interdisciplinaridade pode obscurecer a sua historicidade, na medida em que constituem processos associados à divisão sociotécnica do trabalho e do saber/poder disciplinar, como exposto na segunda seção deste capítulo. Entretanto, considero que Almeida Filho tem razão apenas em parte, pois uma visão apenas historicista obscurece as diferenças ontológicas dos fenômenos, que requerem formas de conhecimento e estratégias epistemológicas diversas para serem captadas, como foi discutido no capítulo anterior, e que muitas vezes se expressam de outra maneira, como em paradigmas diferentes dentro de uma mesma disciplina científica convencional.

Assim, as diferenças não emergem apenas através das fronteiras entre disciplinas (mesmo que entendidas como sedimentadas historicamente, através da associação com os mais diversos interesses sociais), mas também entre teorias, paradigmas, campos epistemológicos, profissões e campos de saber/fazer. Desta forma, creio que é muito mais correto falarmos de

11). Naomar de Almeida Filho (1997: 17), respeitável epidemiologista sediado em Salvador e especializado na área de psiquiatria, expressou o único comentário crítico a que tive acesso, a respeito do conteúdo de meus trabalhos sobre interdisciplinaridade, atribuindo a mim e a outros autores similares uma concepção de disciplinas científicas como "entidades míticas abstratas, produtoras de inter-relações fetichizadas e idealizadas", em uma leitura que não faz justiça pelo menos ao conjunto do meu trabalho. Mesmo reconhecendo que meus trabalhos citados não avançaram muito nas questões epistemológicas e históricas necessárias para construir a proposta de interdisciplinaridade, penso que esta sustentação necessária ainda é muito limitada neste trabalho de Almeida Filho, que considero inconsistente do ponto de vista epistemológico e institucional, e marcado por um forte viés voluntarista. Mais recentemente, um novo texto desse autor (Almeida Filho, 2000) apresenta uma posição mais amadurecida e enriquecida pelo debate mais aberto de suas idéias, já incorporando uma avaliação inicial da noção de complexidade no campo da saúde, mas que não considero ainda satisfatória. De qualquer forma, considero as contribuições feitas por Almeida Filho extremamente salutares, no sentido de tentar avançar o debate em um campo tão complexo e difícil.

práticas "multi-", "pluri-", "inter-" e "trans-" , acompanhadas por esses complementos diversificados, como quando falamos em práticas multiprofissionais, pluridisciplinares, interteóricas, interparadigmáticas, etc. Entretanto, quando precisamos de apenas um termo mais conciso e que seja entendido imediatamente por todos os nossos interlocutores (como no título deste livro), creio que não há outra alternativa melhor a não ser usar o velho termo "interdisciplinaridade", na medida em que essa tem sido a forma mais difundida de nos referir ao tema. Observo, porém, que se trata de um uso do termo em uma acepção mais ampla e abrangente, que inclui mas vai muito além das disciplinas. O leitor pode notar que, quando é possível acrescentar mais uma palavra, utilizo também a expressão "práticas interparadigmáticas", que parece ser a que melhor expressa o que queremos dizer, dada a importância fundamental da noção de paradigma na sistematização a partir da noção de complexidade adotada neste livro.

Em síntese, as práticas inter- significam a interação entre diversas fronteiras de saber. Creio que pela abordagem feita até agora, principalmente no capítulo anterior, é mais fácil para o leitor compreendê-las quando se trata de diferentes disciplinas, paradigmas, campos epistemológicos e profissões, mas a expressão "campos de saber/fazer" também foi incluída de forma intencional e não é tão evidente assim. É usada para se referir a campos de saber e fazer humanos que não se encaixam nas categorias anteriores, mas que são fundamentais na estratégia da complexidade assumida aqui: a interação com o campo da arte e com o senso comum e/ou cultura popular. Vimos no capítulo anterior, com autores tais como Guattari, Adorno e particularmente com Souza Santos, a importância da racionalidade estético-expressiva e da construção de um novo senso comum emancipatório, como elementos do novo paradigma que já se esboçam 12. Assim, as práticas de interação não se dão apenas entre dimensões e saberes com *status* acadêmicos, mas também fortemente com o campo expressivo da arte e com os saberes populares, mesmo que de forma contraditória e paradoxal, como já visto.

3.3.3. Os diversos tipos de práticas inter-

Coexistem na literatura especializada concepções muito diferenciadas dos termos referentes à interdisciplinaridade (Japiassu, 1976). Para este trabalho, irei propor uma atualização dos diferentes tipos de práticas inter- indicadas em meus trabalhos anteriores, e inspirados em classificações sugeridas por Japiassu, particularmente a de Jantsch (1972), levando em conta os graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescente entre os diversos campos de saber:

12. Essa direção também foi assumida na Declaração de Veneza da Unesco (1987) sobre o assunto.

Quadro 2: Tipos de "práticas inter-"

Definição geral	Tipo de sistema	Configuração
<p>Práticas multi- : gama de campos de saber que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações existentes entre eles.</p>	Sistema de um só nível e de objetivos únicos; nenhuma cooperação.	○ ○ ○
<p>Práticas pluri-: justaposição de diversos campos de saber situados geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas.</p>	Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; cooperação, mas sem coordenação.	9-0-Q
<p>Práticas pluri-auxiliares: utilização de contribuições de um ou mais campos de saber para o domínio de um deles já existente, que se posiciona como campo receptor e coordenador dos demais; tendência ao imperialismo epistemológico.</p>	Sistema de dois níveis; coordenação e objetivos hegemonizados pelo campo de saber encampador.	0, , 0/60
<p>Práticas inter- : práticas de interação participativa que inclui a construção e pactação de uma axiomática comum a um grupo de campos de saber conexos, definida no nível hierarquicamente superior, introduzindo a noção de finalidade maior que rede fine os elementos internos dos campos originais.</p>	Sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos; coordenação procedendo do nível superior; tendência à horizontalização das relações de poder.	$\begin{array}{c} 6 \\ \hline Q \sim b \dots \\ \hline \dots Q \end{array}$
<p>Campos trans- : campos de interação de médio e longo prazo que pactuam uma coordenação de todos os campos de saberes individuais e inter- de um campo mais amplo, sobre a base de uma axiomática geral compartilhada; tendência à estabilização e criação de campo de saber com autonomia teórica e operativa .própria.</p>	Sistema de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas; tendência a horizontalização das relações de poder.	$\begin{array}{c} :\hat{O}\sim" \\ \sim tt.Q' \\ \cdot O \dots)- \\ \dots = : \dots \\ \dots 5 : \dots > - C \dots Ch. \\ \dots " \dots \dots : \dots " \dots " \\ \dots \end{array}$

A exemplificação desses conceitos pode ser feita através da retomada de meus trabalhos anteriores sobre o tema, no campo da saúde e saúde mental.

As práticas multi- podem ser visualizadas nos ambulatórios de saúde e/ou saúde mental convencionais, onde profissionais de diferentes áreas trabalham isoladamente, geralmente sem cooperação e troca de informações entre si, a não ser um sistema de referência e contra-referência dos clientes, com uma coordenação apenas administrativa.

Exemplos de práticas pluri- podem ser reuniões clínicas onde casos de clientes são discutidos trocando-se informações dos diversos profissionais que os acompanham, ou reuniões de equipe técnica com profissionais variados que planejam ou avaliam ações e procedimentos científicos ou assistenciais, sem ainda criar uma axiomática própria que coordene seus trabalhos. Painéis e mesas-redondas em congressos com especialistas de várias áreas, ou artigos do tipo "revisão da literatura", com interações pontuais, não duradouras e sistemáticas entre as várias áreas, também podem constituir exemplos desse tipo.

As práticas pluri-auxiliares podem ser exemplificadas em manuais de psiquiatria ou de outra especialidade em medicina que integram informações de outras disciplinas e profissões, como da sociologia, psicologia, psicanálise, saúde pública, etc. Como já visualizamos no campo epistemológico, e veremos a seguir no campo profissional, dentro de um quadro de relações de poder muito desiguais entre as diversas corporações e disciplinas, muitas das práticas usuais de colaboração entre profissionais na saúde e saúde mental acabam sendo auxiliares. A expressão "paramédica" para caracterizar essa colaboração é bastante ilustrativa. Ainda nesse campo, numa dimensão mais ampla, podemos lembrar o já clássico conceito de Castel (1987), "aglutinamento psiquiátrico", referindo-se às estratégias de modernização da psiquiatria contemporânea para manter-se hegemônica no campo da saúde mental, e que inclui a apropriação de contribuições de outras disciplinas de forma subordinada. Assim, as práticas pluri-auxiliares tendem claramente ao imperialismo epistemológico.

As práticas inter-, por sua vez, são entendidas aqui como promovendo mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios e conceitos

fundamentais de cada campo original, em um esforço conjunto de decodificação em linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o senso comum(13), identificando as diferenças e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada(14). Desta forma, abre-se caminho para uma fecundação e uma aprendizagem mútua, que não se efetuam por simples adição ou mistura linear, mas por uma recombinação dos elementos internos. Assim, as práticas inter- autênticas tendem, quando prolongadas no tempo, para a criação de novos campos de saber, teóricos ou aplicados (como é o caso das várias profissões aplicadas), e até mesmo disciplinares (como a psicossociologia, a psicolinguística, a etnopsiquiatria, etc.). Muitas das práticas em serviços de saúde mental brasileiros que se inspiram na proposta de desinstitucionalização formulada pela Psiquiatria Democrática italiana possuem várias dessas características básicas. Em geral, essas práticas implicam um sério questionamento e recolocação em novas bases dos princípios e da formação convencional aprendidos pelos profissionais nos cursos universitários tradicionais, exigindo uma cultura institucional nova nos serviços, capaz de oferecer um clima favorável para este processo de reelaboração de suas identidades profissionais originais, bem como uma democratização efetiva das relações de poder nas equipes, apesar de todos os atravessamentos em contrário, como veremos a seguir.

Por último, os campos trans- implicam em uma radicalização do nível anterior, com a estabilização de um campo teórico, aplicado ou disciplinar, de tipo novo e mais amplo. A ecologia e a saúde coletiva constituem bons exemplos disso. O campo da saúde mental também pode ser entendido como um campo transdisciplinar e transparadigmático, capaz de confrontar e flexibilizar as divisões convencionais das especialidades e democratizar as relações de poder entre elas, tendendo a criar, inclusive, novos tipos de trabalhadores, com uma profissionalidade mais ampla. As categorias de "operador", no sistema italiano, e a de "trabalhador da saúde mental", no contexto brasileiro, são sinais claros dessa tendência.

13. Nesse tipo de operação de tradução para o senso comum, ver a estratégia inspirada em Wittgenstein descrita no capítulo anterior.

14. O conceito de "comparação contextualizada", de minha autoria, já foi indicado no capítulo anterior, mas será melhor explicado na segunda parte deste livro, no capítulo sobre desenho de pesquisa.

3.4. Obstáculos e limitações às práticas inter

3.4.1. O *profissionalismo*

Além do debate no campo da filosofia, epistemologia e política, a investigação dos conflitos e processos de poder nas práticas inter- fica muito mais clara se a colocarmos no campo das profissões e de suas instituições. Para isso, retomarei um tema importante indicado em meus trabalhos anteriores, como uma reelaboração da proposta analítica feita por autores anglo-saxões da área da sociologia das profissões (Parry & Parry, 1976; Ramon, 1987) para o que chamam "profissionalismo". Neste trabalho, podemos entendê-lo como incluindo quatro elementos básicos:

- a) Processo de inserção histórica na divisão social e técnica do trabalho e da constituição dos saberes enquanto estratégia de poder: cada profissão, antes de sua formalização, foi se inserindo no mercado de trabalho gradativamente, conquistando espaço, sistematizando técnicas e saberes, produzindo verdades e rituais de poder, mostrando sua eficácia e se legitimando perante a sociedade. O conhecimento desse processo(15) é fundamental para entender as práticas profissionais contemporâneas.
- b) Mandato social sobre um campo específico: a formalização das profissões é acompanhada por um reconhecimento de reivindicações de um saber e competência exclusivos, no qual as esferas dominantes daquela sociedade particular ou o Estado atribuem um mandato social para tomar decisões, realizar tarefas específicas, controlar recursos e para atribuição de responsabilidade legal em caso de problemas, cristalizando um patamar próprio de divisão social e técnica do trabalho. Nas democracias modernas esse processo é formalizado pelas esferas legislativas, através de legislações profissionais e assistenciais, mas o mandato social das profissões sofrerá também forte influência da forma como se estruturam as políticas sociais, na esfera do executivo e da sociedade civil, como veremos abaixo.
- c) Institucionalização de organizações corporativas: os sindicatos, associações e conselhos profissionais estabelecem continuamente fronteiras de saber e competência com as outras profissões; exercem controle sobre a formação e as práticas dos afiliados, incluindo normas éticas; e

15 - Sobre o assunto, o marxismo e a obra de Foucault e seus seguidores constituem as principais correntes de investigação, com enfoques e perspectivas diferenciados. Para uma abordagem comparativa entre os dois enfoques, ver Ingleby (1983).

e às situações de "não saber" e "não saber fazer", ameaçando a estabilidade, o *status* adquirido e os interesses econômicos, políticos e institucionais envolvidos. Assim, a tendência mais imediata e freqüente é de se criarem defesas muito fortes à mudança.

Apesar de todas essas dificuldades, o atual esforço para recolocar novas bases teóricas e práticas em saúde mental e a proposição de novos postos de trabalho e equipes multiprofissionais mais democráticas, tendo como um dos objetivos o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, vem criando condições bastante favoráveis para os profissionais reelaborarem a sua cultura e identidades profissionais, que constituem os componentes mais flexíveis do profissionalismo. Não há a menor sombra de dúvidas de que o setor saúde mental, dentro do conjunto do setor saúde, é reconhecido hoje no país como o que mais avançou na direção da interdisciplinaridade.

3.4.2. *As práticas inter- e suas relações com a estrutura das políticas públicas e sociais - O exemplo da interface entre os cuidados nas áreas social e da saúde mental*

A interação entre campos teóricos e disciplinares diversos reflete desafios ontológicos e epistemológicos. (discutidos no capítulo anterior) e a institucionalização do saber acadêmico e profissional, como visto no presente capítulo, também está incrustada na estrutura das instituições mais gerais da sociedade civil e do Estado. Neste último, a institucionalização das políticas públicas e sociais, seus mecanismos de financiamento, pesquisa/planejamento, organização administrativa e de execução, reproduzem a dinâmica hegemônica de relação entre saberes e de poder entre os cientistas e profissionais. Os pesquisadores e trabalhadores inseridos em políticas públicas e engajados em lutas emancipatórias devem estar conscientes de que os desafios encontrados para implementação dos princípios da complexidade e interdisciplinaridade em sua prática cotidiana reproduzem desafios epistemológicos e relações de poder similares aos já descritos para o campo estritamente científico/acadêmico e profissional. Para melhor exemplificar essa dinâmica, proponho retomar e atualizar a discussão feita em trabalhos anteriores, mas ainda atuais, no campo do cuidado social e da saúde mental.

Apesar da tendência à estabilidade das estruturas do profissionalismo, a relação entre as profissões na área social e da saúde mental vem sofrendo recentemente algumas mudanças significativas com a nova ênfase no desenvolvimento de estratégias comunitárias de serviços sociais pessoais e em saúde mental no plano internacional, revelando algumas nuances interessantes na relação entre os mandatos sociais das profissões e a estrutura

Complexidade e pesquisa interdisciplinar

das políticas sociais. Em geral, os programas de saúde mental na maioria dos países ocidentais se sustentam em duas linhas de financiamento e de estruturas político-assistenciais: a saúde e a assistência social. A passagem e a integração de serviços e responsabilidades entre as duas estruturas geram competição interprofissional e interinstitucional, por um lado, e, por outro, verdadeiros "buracos negros" na assistência, implicando em burocratização, negligência e jogo de "empurra-empurra" de competências, principalmente na assistência às questões mais complexas e espinhosas. Por exemplo, serviços de saúde mental tendem a medicar, oferecer psicoterapias e "reabilitação imediata", mas serviços residenciais, trabalho, serviços sociais pessoais, dispositivos de reabilitação psicossocial, tais como acompanhamento terapêutico e assistência domiciliar de longo prazo, todos tendem a ser inseridos e responsabilizados nos órgãos de assistência social. Essa passagem da área da saúde para a social, nos países com baixo nível de assistência social pública como o Brasil, é acompanhada quase sempre de negligência social, e as instituições e profissionais mais convencionais de saúde mental tendem tradicionalmente a lavar as mãos dizendo que o problema não é deles, entregando esse enorme desafio ao serviço social. Este geralmente conta neste tipo de instituição com um reduzido poder profissional e com poucas alternativas concretas de implementação de serviços mais complexos e mais abrangentes, com sérias implicações para a efetividade da proposta de desinstitucionalização e para a oferta de um cuidado integral ao usuário e sua família.

Como isso tem sido encaminhado no plano internacional? A estratégia da Psiquiatria Democrática na Itália para esse dilema, que praticamente superou a desintegração tradicional entre as duas linhas de financiamento e serviços, foi colocar todos os serviços sociais para a clientela da saúde mental sob a responsabilidade direta do distrito sanitário - dos serviços territoriais de saúde mental-, implicando, naturalmente, em colocá-los claramente sob a supervisão e poder dos psiquiatras. Curiosamente, no entanto, o inverso também ocorre. No caso do processo de desinstitucionalização na Suécia, a forte tradição e enraizamento dos serviços sociais pessoais, de base local e comunitária, absorveu a clientela da saúde mental no conjunto da assistência aos cidadãos com alguma forma de dependência, como os deficientes, idosos e doentes crônicos. Os psiquiatras acabaram por continuar hegemônicos apenas na direção dos serviços de emergência psiquiátrica e serviços ambulatoriais, pois para a clientela dos serviços comunitários - que tendem a ser coordenados por assistentes sociais - os médicos prestam serviços pontuais, como medicação e diagnóstico, a partir dos serviços de saúde locais.

Esse encaminhamento do processo na Suécia, segundo algumas de suas lideranças, tende a tornar mais conservadora a categoria dos psiquiatras. Na Inglaterra, temos talvez um caso intermediário. Lá, a divisão entre saúde mental e assistência social também existe, com problemas semelhantes na busca da integralidade e responsabilidade unificada pela assistência em saúde mental. Como um país com forte tradição de serviços sociais pessoais, a assistência de base domiciliar tende a ficar sob a responsabilidade do serviço social, cujo mandato social abrange inclusive tarefas que hoje no Brasil são atribuições dos médicos, tais como a definição do serviço para o qual o usuário é encaminhado e a implementação da internação compulsória na comunidade.

Para concluir esta seção, podemos dizer então que as propostas de complexidade, integralidade do cuidado e integração intersectorial não podem ser concebidas e analisadas sem a devida consideração a essas estruturas históricas extremamente complexas das políticas públicas e sociais, que possuem uma dinâmica institucional, financeira e de gestão bastante particulares, e que podem resistir às tentativas de implementação de práticas interdisciplinares.

3.4.3. A deterioração das condições atuais de trabalho profissional

A crise do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, tendo em vista a atual conjuntura de neoliberalismo e de crise do Estado e de suas políticas sociais, principal campo de trabalho na área de projetos públicos e de serviços sociais e de saúde, vem oferecendo inúmeros obstáculos às práticas inter-, principalmente em países do Terceiro Mundo, onde essa crise éo mesmo tempo mais estrutural e mais aguda. Entre as principais mudanças recentes que afetam as condições de trabalho profissional, podemos listar as seguintes:

- crescimento estrutural das taxas de desocupação, com a formação de grandes contingentes de desempregados, e aumento do poder patronal, da intensidade e ritmo de trabalho para aqueles empregados;
- redução do montante de vínculos trabalhistas permanentes e crescente terceirização de força de trabalho com vínculos temporários e precários, por meio da desregulamentação dos contratos e de regras laborais, juntamente com flexibilização de horários e do tempo de trabalho, implicando em segmentação do mercado de trabalho e forte perda de direitos e conquistas dos trabalhadores;

- políticas de reajustes salariais restritivos, com perdas acentuadas do poder aquisitivo para os trabalhadores, os quais buscam compensá-las com multiempregos e atividades rentáveis autônomas, o que na área pública leva ao enfraquecimento do vínculo e compromisso com o trabalho e com os consumidores das políticas sociais, ou seja, os cidadãos;
- políticas gerenciais inspiradas no aumento da competitividade do mercado, exigindo redução de custos e aumento da qualidade, em processos complexos que, a despeito do aumento da flexibilidade e de certos processos de enriquecimento de tarefa, implicam na busca de adesão total ("vestir a camisa") à organização e na institucionalização de controles rígidos de produtividade e qualidade, com perda da autonomia e padrões éticos profissionais(18);
- introdução vertiginosa de novas tecnologias, processos comunicacionais e informatização do trabalho, com ênfase na compressão do tempo/espço operacional, na racionalidade instrumental e nos indicadores quantitativos de sucesso e produtividade, e diminuição do espaço para a reflexão crítica, gestão participativa e mudanças qualitativo-estruturais.

Nessas condições, o trabalho profissional interdisciplinar encontra dificuldades e barreiras fortíssimas para sua implementação efetiva. Podemos exemplificar isso recorrendo novamente aos campos da saúde e saúde mental. Criar uma cultura profissional adequada ao contexto da saúde pública, em que os profissionais possam aderir às propostas de mudança de suas identidades profissionais convencionais para se engajarem em práticas inter- de todos os tipos, exige um mínimo de reciprocidade em termos de salários dignos, boas condições de trabalho, jornada de trabalho que evite o multiemprego excessivo (que impede o compromisso com as atividades locais de cada vínculo), e investimento em treinamento e supervisão. No Brasil, nas condições atuais da lei de responsabilidade fiscal, de terceirização muitas vezes massiva de recursos humanos para projetos sociais e de saúde, da crise financeira e gerencial das políticas sociais das prefeituras - principais responsáveis pela assistência no processo demunicipalização da saúde e saúde mental-, essas condições ideais são raramente alcançadas e muitas

.....

18. É interessante notar que essas condições de trabalho e essa cultura gerencial contemporânea têm levado, inclusive certos autores anteriormente mais críticos do profissionalismo, tanto aqueles originários do campo da sociologia do trabalho (Freidson, 1998), quanto aqueles do campo da saúde mental (Ramon, 1999), a reconsiderar suas posições e enfatizarem a importância do profissionalismo e suas exigências de autonomia, como forma de resistência à perda crescente dos padrões mínimos de dignidade e ética profissional.

vezes assistimos a uma luta e mobilização muito forte dos trabalhadores e servidores para reivindicarem ou suprirem tais deficiências por diversos outros meios.

De qualquer forma, no campo da saúde mental, a experiência vem demonstrando que a implantação efetiva e bem-sucedida dos novos serviços específicos de reabilitação psicossocial depende não só dos mecanismos de financiamento pelo Ministério da Saúde e dos conselhos e comissões de negociação dentro do aparelho de Estado, mas primordialmente do que tenho chamado de "pactos políticos e sociais locais". Por isso entendo que os governos municipais, os partidos políticos, os servidores e a sociedade civil local devem se posicionar claramente em tomo das bandeiras da prioridade do investimento social, de condições de trabalho minimamente dignas para os servidores públicos, bem como dos novos princípios em saúde mental, para introduzir de forma criativa as condições necessárias para a implementação de serviços de atenção psicossocial de caráter amplo (como consta na plataforma da reforma psiquiátrica) e motivar seus trabalhadores em tomo dela. Isso já vem acontecendo em vários municípios brasileiros, particularmente naqueles nos quais governos municipais de orientação popular-democrática comprometidos com a questão social e a saúde mental são capazes de se manter no poder por vários mandatos. Assim, este tipo de "prioridade pelo social", abrangendo também os outros setores das políticas públicas, deve constituir não só uma política de governo, mas também da sociedade civil como um todo.

Portanto, para concluir esta seção, do ponto de vista particular dos trabalhadores e suas lutas sindicais, o desenvolvimento de práticas intersetoriais e interdisciplinares exige não só manter firme as mobilizações por melhores salários e condições de trabalho, tanto no campo estatal, como no chamado "terceiro setor" e no campo das atividades privadas/lucrativas da área de serviços, mas ir além delas. A criação de condições mínimas de trabalho compatíveis com as práticas interdisciplinares requer luta por pactos sociais societários capazes de sustentar as prioridades pelo investimento quantitativo e qualitativo satisfatório em políticas públicas e sociais comprometidas com a maioria da população empobrecida de nossos países periféricos.

3.5. Recomendações para a implementação de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas

A partir da análise proposta acima, creio que temos condições para concluir este capítulo retomando algumas recomendações feitas em trabalhos

anteriores, úteis tanto para projetos de pesquisa, como para programas e serviços assistenciais que queiram implantar práticas interdisciplinares. Apesar de seu enfoque ter sido inspirado nas experiências no campo da saúde mental, tenho certeza de que estas recomendações são plenamente aplicáveis nas diversas áreas humanas, sociais e da saúde. Dito isso, podemos listar as seguintes sugestões:

- a) O desenvolvimento histórico das práticas interdisciplinares deverá re-colocar estrategicamente em questão, a médio e longo prazo, as legislações profissionais em geral e do sistema de serviços sociais, de saúde e de saúde mental, no sentido de descobrir brechas que possibilitem distribuir melhor as responsabilidades legais das práticas entre os diversos profissionais, possibilitando assim flexibilizar os mandatos sociais. Será necessário investigar bases jurídicas "preventivas" que sustentem os processos de democratização das equipes interdisciplinares e que ao mesmo tempo assegurem e ampliem os interesses e as garantias já conquistadas pelos usuários nas legislações em vigor atualmente, em termos de normas éticas e de qualidade nos serviços. A curto prazo, os projetos de pesquisa e de ação profissional poderão mostrar que as práticas interdisciplinares buscam quebrar a solidão e a suposta onipotência jogada nas costas dos profissionais cujo mandato social é mais abrangente, visando a divisão de responsabilidades, a colaboração mútua nas decisões difíceis e o enriquecimento de sua profissionalidade.
- b) Ainda em relação à estrutura institucional e legal, é muito importante criar e negociar dispositivos de defesa e de autonomia relativa dentro do projeto ou serviço, em relação a cobranças corporativas, administrativas e institucionais conservadoras de origem externa, que tendem muitas vezes a exigir formas de trabalho e produção convencionais, reforçando assim as metodologias e as identidades profissionais tradicionais. Esses "mecanismos de defesa" institucionais propiciam um clima de maior segurança interna para a ousadia e experimentação de novas metodologias de pesquisa, novos dispositivos técnicos, assistenciais e éticos.
- c) Quando possível, a seleção criteriosa dos profissionais e/ou pesquisadores que irão participar de qualquer projeto interdisciplinar constitui um passo fundamental, particularmente daqueles que detêm um poder mais proeminente (os "agentes privilegiados" e portadores de "mandato institucional", na linguagem de Albuquerque) dentro do conjunto das equipes. Em saúde mental, são eles que possuem modelos de atuação mais padronizados, como os psiquiatras, os psicólogos e psicanalistas.

Nas equipes profissionais e de pesquisadores ainda em formação, é essencial recrutar profissionais identificados politicamente com as propostas teórico-metodológicas ou assistenciais inovadoras e que possuam flexibilidade e competência para trabalhar de acordo com os novos modelos propostos.

- d) Na medida do possível, o incentivo às práticas inter- nas universidades e instituições acadêmicas em geral não deve se limitar aos dispositivos e ambientes de pesquisa, mas também. ampliar-se para a formação básica dos profissionais e para a transformação dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação. Gradualmente, o objetivo estratégico é caminhar para formas o mais híbridas 19 possíveis de formação acadêmica e profissional, na direção de uma reprofissionalização mais complexa, capaz de dar conta dos desafios teóricos e práticos dos campos transdisciplinares. Esse processo pode se iniciar taticamente antes mesmo da mudança dos currículos, com o estímulo ativo à freqüentação e incorporação pelo aluno ao seu currículo de disciplinas de diferentes áreas de conhecimento, bem como por meio da produção de eventos que incluam diferentes perspectivas teóricas, disciplinares e paradigmáticas. Além disso, programas e projetos de estágio, pesquisa e extensão que incorporem diferentes tipos de profissionais e pesquisadores são também essenciais para estimular uma formação interdisciplinar.
- e) Nessa mesma direção, torna-se fundamental defender a necessária integração da pesquisa ao ensino e extensão, bem como de esquemas de estágio profissional e de bolsistas de iniciação científica, se possível com inserções diretamente nos próprios serviços sociais, de saúde e saúde mental de base local. A presença dos estudantes e bolsistas nas equipes de pesquisa significa um elemento de "sangue novo", "ventilação" e de crítica constante dos trabalhos, pois os pesquisadores e profissionais regulares tendem a ir naturalmente institucionalizando sua prática de forma rotineira. Além disso, a pesquisa leva sempre aos serviços componentes de avaliação, de sistematização e de propagação das novas experiências. A divulgação de trabalhos sobre estas práticas inovadoras em monografias, revistas científicas e na mídia convencional é fundamental para a sua legitimação e difusão mais ampla. Além do que, a presença

dos estudantes nas equipes de pesquisa estimula o interesse e a formação de pesquisadores desde o período da graduação.

- f) Nos projetos de pesquisa e atividades profissionais integradas, é fundamental criar uma vontade política o mais consensuada possível entre os pesquisadores e trabalhadores da equipe em torno de um projeto ético, teórico-metodológico, político ou assistencial que contemple as novas perspectivas paradigmáticas e experiências concretas. Isso pode ser realizado na forma de constantes seminários e aulas teóricas, visitas a outros projetos e serviços inovadores e comprometidos, convites a pesquisadores, profissionais e especialistas externos engajados, eventos de troca de experiência entre projetos semelhantes, publicações, etc. Esse projeto é fundamental para criar balizas mais gerais de orientação e avaliação para o trabalho, acima das veleidades e particularidades de cada categoria ou subgrupo de profissionais.
- g) Nas relações institucionais da pesquisa, programa ou projeto, torna-se fundamental uma estrutura democrática, sem privilégios corporativos, com mecanismos de discussão e decisão horizontais que estimulem a negociação constante. Isso não significa de forma alguma cair no democratismo e complacência generalizada, pelos quais se torna difícil a prestação de contas e a cobrança dos deveres de cada um.
- h) Dentro da estrutura dos grupos profissionais e de pesquisa, é muito importante criar dispositivos grupais e institucionais que estimulem a disponibilidade para analisar e quebrar as defesas corporativas, onde cada pesquisador ou profissional possa reconhecer e expor as fragilidades, parcialidades e limites de sua abordagem, trocar informações, aprender com a experiência do outro, refazer sua identidade profissional em novas bases, e poder ir elaborando os inevitáveis conflitos teórico-metodológicos, institucionais e políticos da vida diária nos projetos. Além disso, trabalhar em campos como o da saúde mental, ou em várias outras áreas cujo objeto da pesquisa ou clientela mobilizam, mais fortemente a subjetividade dos pesquisadores e trabalhadores (por exemplo, idosos, portadores de HIV, doentes terminais, pessoas, com dependência química, deficientes, meninos e meninas e outros grupos sociais em situação de rua, mulheres e crianças com experiência de violência e negligência, presidiários, etc.) significa necessariamente um confronto diário com nossas próprias dimensões subjetivas e pessoais, e a inexistência de mecanismos para se elaborar tais dificuldades acaba por "endurecer" e fortalecer os mecanismos de defesa dos

.....

11). O conceito de profissionais "híbridos" constitui o centro da proposta de Almeida Filho (1997, 2000) para sustentar a interdisciplinaridade. Trata-se, sem dúvida, de uma proposta interessante e indispensável mas não pode ser colocada isoladamente, como estratégia suficiente para sua sustentação.

pesquisadores e trabalhadores em relação ao novo e ao instituinte. Para criar oportunidades de elaboração desse conjunto de processos acima, há inúmeras técnicas e dispositivos grupais, socioanalíticos e institucionalistas (Albuquerque, 1978 e 1986; Lourau, 1995; Barends, 1982 e 1992; Levy *et al.*, 1994) disponíveis para serem incorporados ao cronograma regular, em supervisão ou formas de treinamento, regulares ou não.

A supervisão tem um papel fundamental na implementação das práticas intere na democratização das equipes maiores de pesquisa e trabalho. Para exemplificar, no campo da saúde mental podemos indicar basicamente quatro tipos de supervisão:

- profissional ou clínica: avaliação de casos, estudo da teoria, etc.
- administrativa e/ou estratégica: planejamento, estabelecimento, avaliação e revisão de objetivos, metas, custos, produção realizada, qualidade e efetividade dos serviços, impacto, etc.
- institucional: análise dos processos de poder e conflitos políticos, ideológicos e institucionais vividos no cotidiano dos projetos.
- suporte pessoal: dispositivos de elaboração das vivências subjetivas, pessoais e coletivas, da vida diária e da relação com informantes e clientela, com os outros profissionais, com as condições de trabalho e outras im;tituições.

A nossa experiência sugere que os dois últimos tipos devam ser feitos de forma conjunta, para se evitar o risco do politicismo, por um lado, e do subjetivismo, de outro. Infelizmente, os projetos e serviços sociais, de saúde e saúde mental no Brasil, quando oferecem alguma forma de supervisão, tendem a prover apenas os tipos de supervisão profissional e administrativa.

- i) O estabelecimento de metodologias, técnicas e abordagens socioclínicas e de pesquisa para a prática diária e seu suporte teórico deve constituir um processo o mais coletivo possível. Ele deve incluir as contribuições dos diferentes tipos de pesquisadores e profissionais, possibilitando a decodificação dos conceitos de cada disciplina e cultura profissional para o senso comum ou para uma linguagem mais acessível dentro do próprio campo original de saber, forjando um registro da prática de decodificação a partir da contribuição das diferentes correntes participantes e da práxis coletiva do grupo. Isso pode ser desenvolvido, por exemplo, através de seminários amplos, textos-chave, apostilas, onde cada grupo de profissionais ou pesquisadores possa democratizar para o conjunto da equipe seus

pressupostos, ou até mesmo através da formalização de um glossário que inclua os conceitos básicos de cada abordagem e uma análise comparativa de seu uso em relação aos demais. Na medida em que o trabalho comum avança, é possível inclusive apropriar ou mesmo criar conceitos que exprimam de forma cada vez mais precisa a práxis comum ou hegemônica no coletivo.

- j) A perspectiva da complexidade implica incentivar a recuperação da complexidade do objeto e do autoconhecimento dos pesquisadores ou trabalhadores, bem como o reconhecimento e desenvolvimento das diversas dimensões e aptidões da vida na população em estudo ou clientela, principalmente no campo da saúde mental. Isso implica também na valorização dessas dimensões nos pesquisadores/trabalhadores que são os responsáveis mais diretos pelo estímulo desse processo junto à clientela -, o que na maioria das vezes extrapola a sua capacitação especificamente técnica e profissional. Assim, a experiência recente nos novos serviços de saúde mental indica que é importante se apropriar e estimular o uso pelos trabalhadores de suas habilidades extraprofissionais, como em artes plásticas, música, dança, teatro, turismo, esportes, atividades corporais, etc. Da mesma forma, é também importante valorizar nesses trabalhadores as habilidades técnicas e profissionais não diretamente ligadas ao campo "psi", mas que podem ser importantes no desenvolvimento de recursos variados de atenção psicossocial ou de pesquisa desses dispositivos. Por exemplo: um psicólogo pode ter feito um curso técnico em agronomia e seu saber pode ser utilizado em uma "oficina da terra"; ou os conhecimentos prévios em contabilidade e administração de uma assistente social podem ser fundamentais para a organização ou investigação de cooperativas ou empresas sociais. Isso cria, na prática, um ambiente aberto de práticas interdisciplinares, estimulando a quebra dos limites institucionais de competência e/ou associados aos interesses corporativos.

- 1) Nada é mais salutar para quebrar as especialidades e as identidades profissionais parciais do que dar voz e propiciar a participação ativa da clientela dos serviços ou dos informantes da pesquisa, para que reafirmem a complexidade de suas realidades, suas demandas e suas avaliações sobre a assistência, bem como para construir ou indicarem junto com os trabalhadores ou pesquisadores dispositivos de reinvenção da vida que não se limitem à concepção de assistência convencional. Para isso, os projetos assistenciais e de pesquisa devem prever mecanismos de escuta e participação ativa dos usuários e seus familiares.

res dentro e fora dos serviços ou na investigação, como no caso das estratégias de pesquisa-ação.

Concluída então esta primeira parte do livro, sobre as bases estéticas e epistemológicas das práticas interdisciplinares e interparadigmáticas, passemos então à segunda parte do trabalho, em que veremos como as idéias desenvolvidas até agora podem ser materializadas em uma metodologia operativa para o planejamento e a implementação concreta de pesquisas.

Manual operativo para pesquisas interdisciplinares e interparadigmáticas

- : *O desenvolvimento que a racionalidade reconhece os limites da razão e efetua o diálogo como o irracionalizável.*
[...] *A partir daí, podemos assumir, mas com plena consciência, o destino antropológico do Homo sapiens-demens, que implica nunca cessar de fazer dialogar em nós mesmos sabedoria e loucura, ousadia e prudência, economia e gastos, temperança e “consumação”, desprendimento e apego.*
Tudo isso implica em endossar essa tensão dialogal que mantém permanentemente a complementaridade e o antagonismo entre amor-poesia e sabedoria-racionalidade (Edgar Morin, Amor, poesia, sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 10-11).

4

A fundamentação teórica e conceitual em pesquisas complexas e interdisciplinares

4.1. Introdução

A fundamentação teórica normalmente compõe uma seção mais ampla que também inclui a contextualização e a problematização do objeto, como proposto na estrutura básica dos projetos de pesquisa no primeiro capítulo desta segunda parte. As diretrizes mais gerais e as bases epistemológicas para o estabelecimento da fundamentação teórica segundo a perspectiva da complexidade e interdisciplinaridade já foram indicadas na primeira parte deste trabalho. Além disso, as características da estrutura teórica de uma investigação dependem fundamentalmente das particularidades de cada campo de conhecimento e de suas perspectivas teóricas e paradigmáticas. Assim, buscar-se-á neste brevíssimo capítulo apenas indicar a configuração mais geral da estrutura teórica em estudos interdisciplinares, seus desafios principais e algumas sugestões e "dicas" mais operativas e simples para a sua construção.

4.2. Desafios e configuração das estruturas teóricas em pesquisas complexas e interdisciplinares

A estratégia mais comum de construção de uma estrutura teórica em investigações convencionais, não interdisciplinares, consiste na opção por uma abordagem teórica e conceitual já conhecida e considerada a mais adequada e fértil para iluminar e enquadrar o fenômeno em foco, do ponto de vista de seu autor. Esse constitui sem dúvida alguma um caminho mais seguro e mais econômico, sobretudo para investigadores iniciantes. Da perspectiva do Paradigma

da complexidade, esse tipo de pesquisa pode oferecer. Inegáveis contribuições para o debate científico, acadêmico ou em conhecimento aplicado, mas não constitui a modalidade de pesquisa interdisciplinar típica e inspirada pelo paradigma da complexidade.

Entretanto, o argumento defendido neste livro para pesquisas engajadas sugere que a produção de conhecimento tente assumir a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno social e humano particular em foco, recuperando e trazendo para o debate interno da pesquisa um leque delimitado de perspectivas teóricas, disciplinares e paradigmáticas, dentro de um campo de contribuições e alianças que contemplem as exigências conceituais, éticas e políticas das lutas emancipatórias e popular-democráticas na abordagem do fenômeno. Assim, a pesquisa interdisciplinar engajada aponta para um panorama mais amplo, mais complexo, mais inseguro, desconhecido e inacabado no plano teórico, constituindo maiores desafios para os investigadores que a adotam.

As exigências, desafios e riscos inerentes dessa perspectiva são claros:

- a) é exigida uma maior disposição subjetiva, política e cognitiva de convivência com o desconhecido, com o diferente e com a incerteza;
- b) se por um lado a estratégia é aberta para as contribuições teóricas e conceituais mais relevantes, ela exige de outro lado uma definição mais clara do fenômeno empírico ou teórico em foco (como indicado no segundo capítulo da presente parte do livro) e um controle mais preciso do delineamento metodológico (como indicado nos próximos capítulos);
- c) requer-se uma revisão bibliográfica e de experiências relevantes no campo que aponte para as possíveis contribuições dentro do âmbito popular-democrático;
- d) exige-se um conhecimento mínimo das diferentes perspectivas teóricas e conceitos envolvidos nessas contribuições, bem como um controle rigoroso para evitar o risco de uma dispersão teórica e conceitual acentuada, de um ecletismo fácil ou de uma simplificação exagerada das abordagens envolvidas;
- e) requer-se um mínimo de articulação entre pesquisadores especialistas nas diversas abordagens envolvidas, que contribuirão para o debate e a análise do fenômeno;

global tomam impossível sonhar com a volta da figura mítica do intelectual universal, tão forte no pensamento modernista.

f) Reconhecer o valor estratégico da literatura de referência. A revisão das diferentes perspectivas teóricas e dos conceitos envolvidos em campos particulares tem como suporte estratégico a literatura de referência, ou seja, as enciclopédias, dicionários e sinopses especializados nos diversos campos, que constituem porta de acesso fundamental aos conceitos básicos, às obras originais principais (do(s) autor(es) mais clássicos em foco e a seus comentadores mais importantes. Essa literatura economiza um tempo precioso no processo de garimpagem dos conteúdos mais importantes entre o enorme volume de informação secundária, como também muitas vezes ajuda a mapear os principais debates históricos e teóricos no campo. Entretanto, é importante deixar claro que "uso não significa abuso": essa literatura muito facilmente dá uma falsa impressão de domínio do campo que pode levar os mais inexperientes e preguiçosos a cair na simplificação e superficialidade, dispensando a busca nas obras originais. A seção seguinte procurará dar indicações e dicas mais operacionais para o uso desse tipo de literatura.

4.4. Indicações e sugestões operacionais para o uso de literatura de referência

O acesso à literatura de referência no Brasil é em geral bastante problemático, dado que tais obras são geralmente caras, tanto em papel como em interface eletrônica. A qualidade das bibliotecas em nosso país é normalmente baixa, na medida do descaso estrutural das políticas de educação pública e de pesquisa o que implica no baixo investimento que normalmente se faz na atualização dos acervos das bibliotecas públicas. Como melhor discutido no capítulo sobre fontes e recursos a seguir, a introdução da internet e de obras de referência na forma de CD-rom e/ou através de acesso por *sites* especializados (I) abre enormes possibilidades para os usuários, como também possibilita que

.....

I . Alguns *sites* são conhecidos por disponibilizar o acesso a enciclopédias e material de referência. Apesar da volatilidade das mudanças da internet, tenho o registro atual dos seguintes *sites*: • www.radix.com.br

- www.encyclopediavirtual.com.br
- www.britannica.com
- www2.uol.com.br/ahnaaque
- www.uol.com.br/bibliotlenciclop
- www.itaucultural.org.br/enciclopedia/index.htm

Para o pesquisador menos eventual, sugiro a constante pesquisa de novos *sites* de acesso a essa literatura.

atualização das enciclopédias especializadas mais importantes possa ser feita periodicamente, em prazos cada vez mais curtos. Entretanto, muitas vezes o custo cobrado às instituições que abrem o acesso a elas é muito alto, dificultando a ampliação desse acesso.

Para efeito de uma exemplificação inicial, acho interessante listar algumas obras que considero recomendável a consulta para a pesquisa em alguns campos especializados, nos quais tenho transitado com mais frequência. O leitor deve, entretanto, fazer sua busca própria nas áreas de seu maior interesse.

a) Filosofia

Em português, uma referência mais atualizada é o *Dicionário de Filosofia* de Ferrater Mora (2000), em quatro volumes. Há também o *Dicionário de Obras Filosóficas*, de Huisman (2000), pequeno, mas útil. Recomendo fortemente aos leitores de inglês a busca de acesso à *Routledge Encyclopedia of Philosophy* (Craig, 1998), cuja versão em papel naquele ano já contava com dez volumes. As versões mais atualizadas só são feitas em CD-rom ou por acesso eletrônico, com um custo bastante elevado. Menos pretensiosos e mais acessíveis são os diversos volumes especializados em campos particulares da filosofia, publicados pela editora norte-americana/inglesa Blackwell, intitulados *A Companion to...*, tais como os dedicados à ética, estética, epistemologia, filosofia política, filosofia da religião, filosofia feminista, filosofia da ciência, filosofia continental europeia, etc. Uma outra obra também recomendável é o *The Oxford Classical Dictionary* editado por Hornblower & Spawforth (1996) cobrindo as áreas humanas e sociais, de mitologia, religião e artes nas civilizações greco-romanas. .

b) Ciências sociais

Em português, temos vários dicionários já clássicos e de boa qualidade:

- o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, editado por Outhwaite & Bottomore (1996);
- o *Dicionário do Pensamento Moderno* editado por Bottomore (1997);
- o *Dicionário de Ciências Sociais* da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Benedicto Silva (1987);
- o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio *et al.* (1995);

- O *Dicionário das Obras Políticas* editado sob a coordenação de Chatelet *et al.* (1993);
- e o mais recente *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita - Idéias, instituições e personagem*, de Silva *et al.* (2000);

Em inglês, a área de ciências sociais tem produzido obras não tão sistemáticas quanto a área de filosofia. Recomendo particularmente a *Concise Encyclopedía of Participation and Co-management* de Szell (1992), mas o acesso ao *Penguin Dictionary of Critical Theory* editado por Macey (2000) e ao *The Dictionary of Anthropology* editado por Barfield (2000) podem ser de alguma ajuda também.

c) *Psicanálise e psicologia analítica*

Estão disponíveis inclusive em português alguns bons dicionários e obras sinópticas de referência para os trabalhos originais de Freud e para os conceitos fundamentais em psicanálise. O mais clássico é o indispensável *Vocabulário da Psicanálise* de Laplanche & Pontalis (1991), mais centrado no trabalho de Freud e de alguns poucos seguidores mais imediatos; mas recomendo fortemente o *Dicionário de Psicanálise* de Roudinesco & Plon (1998), que cobre melhor os desdobramentos da psicanálise francesa, particularmente das contribuições de Lacan. Para uma entrada mais direta nos 23 volumes dos trabalhos de Freud, sugiro o *Resumo das Obras Completas* coordenado por Rothgeb (1984), que possui um indicador sinóptico por assunto e um resumo de cada livro, permitindo localizar melhor as temáticas discutidas em cada um. Um volume semelhante foi feito também pelo mesmo autor para os 18 volumes da coleção de Jung (Rothgeb, 1998). Quanto aos dicionários, a obra junguiana não conta com o mesmo nível de sistematização da psicanálise, mas estão disponíveis em português os dicionários elaborados por Samuels *et al.* (1988) e Sharp (1997). Para os que quiserem ter acesso a uma revisão em português dos desdobramentos e tendências do movimento junguiano, sugiro os trabalhos de Samuels (1989) e Young-Eisendrath & Dawson (2002).

d) *Ciências das religiões, mitologia e etimologia*

Em português, gosto particularmente de consultar o *Dicionário Mítico-etimológico* de Junito Brandão (1997), obra já clássica e indispensável na área, e o *Dicionário de Símbolos* de Chevalier & Gheerbrant (1994), que cobre mitos,

sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números nas diversas culturas. Entretanto, nada se iguala à *The Encyclopedia of Religion*, em 16 volumes, coordenada por Mircea Eliade (1987).

Dando por concluído este capítulo mais breve sobre fundamentação teórica e conceitual em estudos interdisciplinares, podemos passar agora à discussão de temas mais diretamente metodológicos, iniciando pela abordagem das estratégias institucionais e questões éticas da pesquisa.